



Divulgação Científica na TV Pública: Um Estudo Exploratório do Edição Nacional¹

Tatiana Ferraz de Sá^{2 3}
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Este *paper* avalia matérias sobre ciência exibidas em 57 edições do telejornal Edição Nacional, da TVE Brasil, no período de setembro a novembro de 2007, a partir de quatro pontos de análise: a forma de apresentação da ciência, o uso de elementos ilustrativos, o uso de termos técnicos e a origem geográfica de especialistas e pesquisas. Nosso estudo observou a concentração, na mídia, da ciência desenvolvida no eixo Sul-Sudeste e constatou que ela é sempre apresentada de forma elogiativa ou neutra, nunca depreciativa. Verificamos também que o telejornal busca auxiliar o telespectador na compreensão rápida dos temas.

PALAVRAS-CHAVE: divulgação científica; TV pública; telejornalismo.

Introdução

Este trabalho parte do princípio que a divulgação do conhecimento, incluindo-se o científico e o tecnológico, está relacionada a poder. Por isso, a democratização da informação é ideológica, dependente das condições econômicas, comerciais e políticas. Acreditamos que a divulgação do conhecimento adquirido a partir de pesquisas científicas é uma atividade importante para o desenvolvimento de sociedades democráticas.

A partir da compreensão de que se vive em uma sociedade na qual a informação ocupa papel central nas decisões e discussões, a televisão ganha destaque, já que é capaz de atingir milhares e até milhões de pessoas. No Brasil, esse veículo se constitui um dos principais meios de informação, especialmente nos lares das camadas mais humildes da população; afinal, como indica Gomes (2008, p. 3), “para ter acesso à programação das TVs abertas, o telespectador não precisa ser alfabetizado ou fazer pagamentos regulares”. Também é importante mencionar o que afirma Carrato (2005, p. 16), tomando como base um levantamento da Indústria da Comunicação no Brasil: “a TV

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Concluinte de jornalismo da UFPE e bolsista Pibic/CNPq da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe); email: mandepratati@yahoo.com.br. Trabalho realizado sob a orientação da profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes, do Departamento de Comunicação Social da UFPE.

³ A passagem para este evento fez parte da premiação concedida pela Facepe ao primeiro lugar do Prêmio Ricardo Ferreira, escolhido entre os trabalhos apresentados na XII Jornada de Iniciação Científica, realizada em julho de 2008.



está presente em 95% dos lares brasileiros, ao passo que menos de 10% da população tem acesso aos jornais”.

Considerando-se esse panorama, neste artigo – resultado de uma pesquisa, coordenada pela professora Isaltina Mello Gomes, que se preocupa com o papel da divulgação do conhecimento científico no telejornalismo público brasileiro – nosso foco é o telejornal Edição Nacional, transmitido na época da gravação do corpus pela emissora TVE Brasil⁴, hoje integrada à TV Brasil⁵. Nosso *corpus* foi gravado durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2007, de segunda a sexta-feira, perfazendo um total de 57 edições⁶.

A ideia deste paper é compreender como as matérias de ciência veiculadas pelo Edição Nacional produzem sentidos (ou efeitos de sentidos) e como determinadas estratégias discursivas são utilizadas para abordar os temas, de forma a facilitar ou não a compreensão do público. Um dos pontos analisados foi a origem geográfica dos especialistas e das pesquisas científicas, considerada em termos mundiais, nacionais ou regionais, a fim de perceber se existe uma concentração dos assuntos escolhidos em determinada região. A forma de apresentação da ciência – elogiativa, neutra ou depreciativa – também foi alvo da nossa observação.

Outro ponto estudado foi o uso de elementos ilustrativos, considerando-se a frequência e a forma como aparecem mapas, gráficos e tabelas nas matérias sobre ciência. Um de nossos objetivos era perceber se esses elementos facilitam e garantem a contextualização e a compreensão do tema focado. Por fim, analisamos o uso de termos técnicos, verificando a linguagem empregada pelo telejornal para o tratamento de assuntos relacionados à ciência e identificando se os termos utilizados auxiliam ou prejudicam o entendimento do assunto pelo telespectador.

⁴ A TVE Brasil iniciou suas operações definitivas em 1977 e, em 2006, era capaz de ser exibida em 38% dos domicílios brasileiros com televisão, de acordo com Milanez (2007).

⁵ A TV Brasil foi fruto do surgimento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), fusão da Empresa Brasileira de Comunicação (RadioBrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp), que congregava, além da TVE Brasil, um complexo de emissoras de rádio e televisão com cobertura em todo o território nacional. Com a mudança, ocorrida em dezembro de 2007, o Edição Nacional saiu do ar e cedeu espaço para o Repórter Brasil. Este fato, entretanto, não prejudicou a pesquisa, pois a coleta do corpus aconteceu de setembro a novembro, de forma que já havíamos finalizado a captura do corpus antes que o Edição Nacional deixasse de ser exibido.

⁶ Sete das 64 edições gravadas do Edição Nacional (18 e 28 de setembro, 12, 19, 29 e 30 de outubro, além de 21 de novembro de 2007) foram desconsideradas, pois a gravação apresentou baixa qualidade em termos de som e imagem, de forma que se tornou inviável a análise com rigor científico. Além disso, no dia 09 de outubro, o Edição Nacional não foi transmitido.



A Popularização da Ciência

Para compreender melhor como a ciência é divulgada, é importante fazer a diferenciação entre os termos “difusão científica”, “disseminação científica”, “divulgação científica” e mesmo “jornalismo científico”, entendidos no senso comum como sinônimos, mas adquirindo significados próprios no estudo da comunicação.

Bueno (1984 *apud* GOMES, 2000), cuja perspectiva é adotada neste *paper*, compreende a difusão científica como o processo mais abrangente de todos, chegando a envolver os demais conceitos. Para o autor, a difusão engloba quaisquer recursos utilizados para a veiculação de informações científicas e tecnológicas, desde os periódicos especializados e as reuniões científicas até o cinema dito científico e os chamados colégios invisíveis – canais informais de comunicação científica e tecnológica. A disseminação científica, por sua vez, “pressupõe a transferência de informações científicas e tecnológicas, transcritas em códigos especializados, a um público seletivo, formado por especialistas” (BUENO, 1984 *apud* GOMES, 2000, p. 5). Essa transferência pode acontecer entre especialistas de uma mesma área ou de áreas conexas (intrapares), de forma que a disseminação tem um público especializado, conteúdo específico e código fechado, ou entre especialistas de diferentes domínios (extrapares), como acontece em um curso de energia alternativa destinado a geólogos, físicos, químicos e engenheiros.

Já a divulgação científica tem como alvo um público universal, formado tanto por especialistas quanto por não especialistas, de forma que, para tornar a comunicação eficaz, as mensagens precisam ser elaboradas em linguagem de fácil compreensão. É importante salientar que a divulgação científica não se restringe à veiculação de informações de ciência e tecnologia por jornalistas, através da imprensa. Para este caso, há uma terminologia específica: jornalismo científico. Na visão de Bueno (1984 *apud* GOMES, 2000), a divulgação científica inclui, além de veículos midiáticos, livros didáticos, aulas de ciência e histórias em quadrinhos, entre outros.

Apesar de considerarmos que existem inúmeros meios para se divulgar o conhecimento científico, nosso trabalho lança seu foco na popularização ou vulgarização da ciência⁷ por meio da televisão. Sobre esse assunto, Pretto (1993 *apud* SIQUEIRA, 1999) atesta que, no Brasil, a preocupação das redes de televisão com a

⁷ Neste trabalho utilizamos as expressões “popularização da ciência” e “vulgarização da ciência” como sinônimas de “divulgação científica”.



divulgação da ciência é relativamente recente (início da década de 70). Segundo esse autor, as primeiras matérias veiculadas, exibidas pela Rede Globo de Televisão, abordavam especialmente o desenvolvimento da ciência em países desenvolvidos.

Embora não haja uma tradição de programas televisivos dedicados à ciência e à tecnologia, o telejornal, gênero televisivo que tem a característica de reportar diariamente fatos que ocorrem na sociedade, reserva sempre algum espaço para esse tipo de informação. Para Andrade (2004, p. 122), “a informação jornalística sobre ciência e tecnologia na televisão praticamente se resume às matérias produzidas e exibidas pelos telejornais diários”. Esta é mais uma razão para o fato de nossa preocupação estar voltada para a ciência no telejornalismo brasileiro.

A Televisão Pública no Brasil

A ideia de democratização da televisão e a busca de uma visão independente na veiculação da notícia estão associadas à produção das emissoras das redes públicas de televisão, que, por definição, possuem autonomia política e financeira para a produção de uma programação com ênfase na educação, cultura e cidadania.

Na avaliação de Carrato (2005), os mais conhecidos exemplos de modelos de TV pública no mundo são o da inglesa BBC, o da norte-americana PBS e o da japonesa NHK, todas financiadas com o dinheiro do contribuinte e conhecidas por evitar o cerceamento da programação por parte dos governos dos respectivos países. Para a autora,

no Brasil, [...], é impossível se dizer o mesmo. Em maior ou menor grau, todas as emissoras educativas e culturais, aqui incluindo-se a TV Cultura, a TVE Brasil (RJ) e as emissoras de TV da Radiobrás, enfrentaram e ainda enfrentam problemas com os governos que as controlam (CARRATO, 2005, p. 3).

TV pública não é o mesmo que TV estatal, embora, de acordo com Nazareno (2007), não haja essa diferenciação na legislação brasileira. Milanez (2007) argumenta que a TV pública não pertence aos governos que passam, mas aos cidadãos, através do pagamento de impostos. Portanto, por meio dos órgãos da sociedade civil, a população tem o direito de controlar seu funcionamento e sua programação. Uma emissora pública conta com orçamento próprio, definido por lei, e não deve ser utilizada como um prolongamento da Comunicação Social da Presidência.



Pode-se afirmar que, depois de cerca de quatro décadas de vida (a maior parte dessas TVs surgiram na segunda metade dos anos sessenta), há um padrão de atitudes que traça uma lógica de funcionamento das TVs públicas diferenciada da adotada pelas comerciais, orientadas ao lucro e a conquistas políticas em benefício próprio. Apesar de não haver um código de ética específico das TVs públicas, a TV Cultura elaborou o manual *Jornalismo público: guia de princípios*, para servir de referência para si e para as demais emissoras integrantes da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec)⁸, uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos.

De maneira geral, a programação das emissoras públicas dá prioridade à divulgação do conhecimento, da educação, da cultura e do lazer. Seus telejornais buscam promover um jornalismo voltado à promoção da cidadania, respeitando-a através da divulgação de notícias pluralistas, informativas e pedagógicas, do incentivo ao debate e da manutenção de um canal de comunicação com o público.

As TVs públicas, no entanto, ainda penam na tentativa de realizar sua missão e, muitas vezes, até de sobreviver. O que ocorre, em muitos casos, é que os fundos não são suficientes para o investimento em recursos humanos e em tecnologia, o que, com o passar dos anos, gerou o abismo que separa uma TV comercial brasileira com tecnologia de ponta de um modelo de TV pública nacional que não consegue acompanhar as inovações, com equipamentos deficientes, qualidade técnica comprometida e abrangência de cobertura limitada. Há limitações legais para a divulgação de publicidade neste tipo de emissora, que depende do poder público e de apoios culturais, junto à iniciativa privada, para patrocínios e veiculação de campanhas institucionais.

Alguns Aspectos da Relação Entre o Edição Nacional e a Ciência

Forma de Apresentação da Ciência

Na maior parte das matérias que compõem o corpus restrito da nossa pesquisa, a ciência é apresentada sob uma ótica neutra, sem ser exaltada ou depreciada. Isso acontece especialmente pelo grande número de VTs com foco na análise de um fato ou fenômeno por um especialista, e não em pesquisas científicas propriamente ditas.

Nas matérias que envolvem pesquisas ou inovações, no entanto, percebe-se o

⁸ www.abepec.com.br.



tom elogiativo dado à ciência, sem que se recorra a sensacionalismos. O conhecimento científico é visto, nestes casos, como importante para melhorar a qualidade de vida da população. As pesquisas servem para alertar as pessoas e orientá-las sobre como podem conduzir determinadas decisões ou buscar um estilo de vida mais saudável. O tom de reportagem⁹ exibida no dia 13 de setembro, sobre um programa de saúde auditiva, por exemplo, é elogiativa desde as primeiras frases:

O sonho para quem precisa ouvir melhor. Um programa que atende a população de baixa renda, com deficiência auditiva, está deixando muita gente de vida nova. É o Serviço de Atenção à Saúde Auditiva. Em três meses, quase 500 pessoas já foram atendidas em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio.

O sonho, neste caso, é o próprio programa governamental, já que ele vai permitir o acesso da população portadora de deficiência auditiva a aparelhos digitais caros. Os equipamentos, no entanto, existem apenas porque os conhecimentos científicos e tecnológicos permitiram sua construção. Assim, a ciência vem para ajudar as pessoas a realizar seus sonhos.

O VT baseia sua “narrativa” a partir, especialmente, de três personagens. O primeiro é Seu Durval, que nasceu com deficiência auditiva e, segundo o repórter, o desejo de um dia ouvir sempre o acompanhou. Ao acompanhar a realização de testes que avaliam a audição do paciente, a reportagem diz que a audiometria comprovou a doença. Nesse momento, a ciência aparece como capaz de criar instrumentos que comprovem deficiências, de forma a ajudar as pessoas diagnosticadas. A segunda personagem chega a uma unidade de saúde para fazer o molde do aparelho digital e, segundo a reportagem, “está feliz da vida”, já que o equipamento vai ajudá-la a ouvir melhor. O terceiro personagem, por sua vez, passou a usar o aparelho há uma semana e “está de vida nova”. A reportagem, ao mostrar como a vida de uma pessoa melhorou e tornou-se nova após o uso do aparelho, passa a ideia que a união da ciência com a ação governamental contribui para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Em alguns casos, o tom elogiativo aparece de forma bastante sutil. É o que acontece em matéria do dia 22 de outubro, sobre o arquivo histórico de São Paulo, cujos mais de 4 milhões de documentos revelam o cotidiano e a evolução da cidade. O gancho são os 100 anos do prédio, que vai passar por reforma. Na cabeça, a apresentadora diz

⁹ As reportagens são as matérias jornalísticas que tratam do relato mais completo de um fato. Elas são mais produzidas e também recebem a denominação de VT (videotape), uma vez que já passaram pelo processo de edição e estão gravadas em fitas para rodarem logo após serem introduzidas pelo apresentador.



que essa reforma “é a garantia de que boa parte da história está muito bem guardada”. O tom elogiativo está justamente em mostrar a contribuição da ciência História para a preservação de acontecimentos importantes de uma localidade. Um historiador chega a afirmar que, conhecendo “nosso” passado e “nossa” história, certamente gostaremos muito mais da cidade.

É interessante observar que, em todas as edições analisadas, a ciência nunca aparece de forma depreciativa. Sob a ótica do Edição Nacional, só há duas opções: de um lado, os conhecimentos científicos aparecem de forma neutra; de outro, contribuem para criar produtos e inovações benéficas, nunca trazendo consequências negativas. No máximo, o que se pode observar em algumas matérias, de forma sutil, é a ideia de que mesmo os estudos científicos são limitados. Isso acontece em nota coberta¹⁰ do dia 06 de setembro, sobre a possibilidade de os dinossauros terem sido extintos pela queda de um asteróide. A apresentadora não diz que o choque foi a causa da extinção dos dinossauros, e sim que os cientistas afirmam que o choque teria sido a causa. Assim, a afirmação dos especialistas é tratada como hipótese ou possibilidade, e não como certeza.

Uso de Elementos Ilustrativos

O Edição Nacional recorre ao uso de elementos ilustrativos para diversas finalidades – em especial, para apresentar dados oriundos de pesquisas ou fornecidos por fontes especialistas e oficiais. O uso de arte gráfica nesses casos é útil para facilitar, a partir do aspecto visual, a compreensão do telespectador, que pode ficar confuso caso o repórter ou um entrevistado cite uma infinidade de números, percentagens e nomes apenas através da fala.

Em reportagem exibida no dia 14 de novembro de 2007, sobre novo foco de gripe aviária na Inglaterra, que acabou por favorecer o comércio brasileiro de frango, são apresentados com o auxílio de arte os números relativos à exportação do produto alimentício pelo Brasil no ano de 2007, até outubro (Figura 1). A repórter diz que, só este ano, exportamos mais de 2 milhões de toneladas de frango, gerando um faturamento de US\$ 3 bilhões. Percebe-se que, neste caso, a arte vem para

¹⁰ Notas cobertas são matérias jornalísticas em que o fato é narrado pelo apresentador em off, com imagens do acontecimento para ilustrar o que é relatado. Geralmente são curtas (duram menos de um minuto) e têm a vantagem de dispor de informações visuais relativas ao fato, o que permite uma cobertura mais detalhada em relação às notas simples ou peladas (sem imagens).



complementar o discurso verbal, não podendo ser plenamente compreendida de forma isolada.

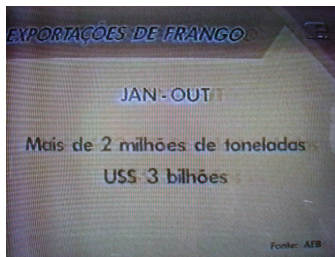


Figura 1 – Arte mostra dados da exportação brasileira de frango de janeiro a outubro de 2007. Edição do dia 14/11/2007

Os elementos ilustrativos também são usados, no Edição Nacional, para facilitar a explicação de temas ligados à matéria, como acontece em uma reportagem do dia 15 de novembro. A arte (Figura 2) ajuda a repórter a contextualizar o tema abordado na matéria – o aproveitamento das águas subterrâneas –. O elemento ilustrativo mostra a geologia de um terreno e nuvens carregadas nos céus. A jornalista cita a que profundidade se encontram as águas subterrâneas e como elas chegam no subsolo. Nesse momento, a arte ganha movimento e as setas indicam que a água da chuva penetra o solo e é responsável pela formação dos rios subterrâneos.



Figura 2 – Arte mostra formação das águas subterrâneas. Edição do dia 15/11/2007

Por fim, os elementos ilustrativos ajudam o telespectador a situar geograficamente um acontecimento ou fato relatado pelas reportagens do Edição Nacional. Em VT que traça a história do bairro do Ipiranga, em São Paulo, o repórter procura situar a localidade dentro do subdistrito do Ipiranga, que também inclui outros dois bairros. Para isso, utiliza recurso semelhante ao Google Maps, disponibilizado na internet pela empresa Google (Figura 3). A ferramenta situa geograficamente cidades, bairros, ruas, entre outras referências. Diz o repórter: “Estamos falando de uma das mais conhecidas regiões de São Paulo. O subdistrito do Ipiranga tem quase meio milhão de habitantes e engloba os bairros de Sacomã e Cursino”. A reportagem foi exibida no dia 07 de setembro.



Figura 3 – Elemento ilustrativo localiza o subdistrito do Ipiranga, em São Paulo, e os bairros que o integram. Edição do dia 07/09/2007

Uso de Termos Técnicos

No processo de elaboração de material jornalístico para telejornais, a capacidade de explicar um fato de forma coerente e conclusiva e, ao mesmo, rápida e sucintamente é um desafio cotidiano. O tempo é um dos principais fatores a serem considerados pela equipe de jornalismo, seja em matérias de ciência, política, economia, entre outras. Isso, no entanto, não significa deixar de explicar o significado de termos técnicos ou de conceitos importantes para a compreensão satisfatória do conteúdo abordado. Ao longo da análise do corpus restrito do Edição Nacional, a equipe do telejornal demonstra ter a preocupação de transmitir de forma compreensível os termos técnicos relacionados às temáticas enfocadas.

De forma geral, cientistas e jornalistas evitam o uso de termos que dificultem a compreensão do público. Mas quando essas expressões mais técnicas são empregadas, há a preocupação de explicar em palavras mais simples o significado delas. Em matéria do dia 20 de setembro, por exemplo, sobre a polêmica no edital de concurso da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, que exige quantidade mínima de dentes dos candidatos, um dentista explica quais são os principais problemas relacionados à falta dos dentes. Ao usar o termo “dentes anteriores”, ele logo em seguida emenda a explicação: “que seriam os dentes da frente”.

Seriam três os principais problemas. Seria a estética em si, a fonética, porque você perdeu os dentes anteriores, que seriam os dentes da frente, você acaba que perde a projeção da fala. E a mastigação. (sic)

O mesmo acontece em matéria do dia 22 de outubro, sobre nova lei que obriga prédios públicos do Rio de Janeiro a usar sistema de captação da energia solar para aquecer água. Quando o pesquisador da Eletrobrás explica o funcionamento do sistema de captação e aquecimento, ele utiliza a palavra “boiler”, referindo-se a um tipo de recipiente conhecido especialmente entre pesquisadores. Logo em seguida, ele usa o termo “reservatório termicamente isolado” como um sinônimo de “boiler”, facilitando a

compreensão do telespectador leigo.

(...) Você tem como se fosse uma serpentina que passa por dentro dessa caixa de vidro. A água passa por essa serpentina e vai sendo acumulada num boiler, num reservatório termicamente isolado, e você consegue então armazenar essa água quente.

Vale ressaltar que, neste caso, outro recurso que auxilia o telespectador a entender o que são tanto a caixa de vidro quanto o boiler mencionados pelo pesquisador são as próprias imagens da reportagem, pois a câmera mostra os equipamentos à medida que a explicação do funcionamento do sistema é feita pelo especialista. Recursos visuais também são usados para facilitar a compreensão na já citada matéria sobre a polêmica no edital de Guarda Municipal do Rio de Janeiro. O repórter detalha o item do edital que faz a exigência de quantidade mínima de dentes: “será considerado inapto o candidato que possuir menos de 20 dentes, sendo 10 na arcada de cima e 10 na de baixo”.

Em arte, aparecem as expressões “arcada superior” e “arcada inferior”, ao lado de um rosto em 3D. Quando o repórter diz “na arcada de cima”, os dentes superiores do rosto ficam em destaque; da mesma forma, quando cita “na de baixo”, os dentes inferiores chamam a atenção (Figura 4). Assim, para explicar de forma mais exata o que são as arcadas superior e inferior, complementam-se os recursos de substituir as expressões técnicas por termos similares (arcadas de cima e de baixo) e mostrar visualmente a que elas se referem.

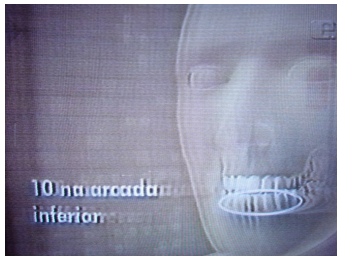


Figura 4 – Arte mostra visualmente a localização da arcada inferior. Edição do dia 20/09/2007

Não se pode deixar de observar, no entanto, que o Edição Nacional peca, em algumas reportagens ou notas, pela falta de explicação de termos fundamentais para a compreensão mais completa do conteúdo. O uso de termos técnicos sem a devida conceituação é feita tanto por especialistas quanto pelos jornalistas. Em matéria do dia 08 de outubro, sobre uma pesquisa que revela como a maior parte dos brasileiros consome menos vitaminas e sais minerais que o recomendado. O repórter diz que a nutricionista, mostrada na tela, resalta as consequências da deficiência de cálcio para a



saúde dos ossos. Identificada como pesquisadora da UFRJ, ela diz:

Como a população tende a viver mais e a expectativa de vida aumentou, se pressupõe um tecido ósseo de melhor qualidade, podendo realmente garantir a qualidade de vida dessas pessoas que vivem mais. Se a gente leva em consideração o sistema imunológico, também vai estar afetado porque vários micronutrientes têm uma relação direta com a defesa do nosso organismo. Da mesma forma, as defesas antioxidantes, que combatem os radicais livres e protegem o organismo contra vários agentes que provocam doenças crônicas não transmissíveis, que provocam envelhecimento.

Essa fala traz inúmeros termos técnicos – tecido ósseo, sistema imunológico, micronutrientes, defesas antioxidantes, radicais livres, agentes, doenças crônicas não transmissíveis –, os quais, utilizados em uma mesma fala no veículo televisivo, podem dificultar a compreensão, já que o telespectador precisa entender o contexto do discurso rapidamente e de uma única vez. Afinal, ele não terá chance de interromper a transmissão para pedir explicações ou mesmo escutar a fala novamente.

Origem Geográfica de Especialistas e Pesquisas

Chama a atenção no *corpus* a ênfase do telejornal em especialistas e pesquisas oriundos apenas das regiões geográficas brasileiras mais desenvolvidas economicamente: o Sudeste, o Distrito Federal e, em um caso, o Sul, representado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Representantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto Distrito Federal) são figuras inexistentes nos três meses do Edição Nacional analisados.

Para trazer dados concretos sobre o tema, procuramos contabilizar a quantidade de aparições de especialistas por instituição, considerando a abrangência dela no planeta, no Brasil ou em uma região específica do país. Especialistas que apareceram mais de uma vez ao longo dos três meses do *corpus* foram incluídos, na contagem, quantas vezes foram chamados para entrevista. Além disso, especialistas que falam em nome de instituições, configurando-se como fontes oficiais, também foram considerados para efeito de análise da origem geográfica dos pesquisadores.

Na maioria dos casos (89), os editores não citam a que instituição o especialista está vinculado. Ele é identificado apenas como nutricionista, médico, economista, ou simplesmente como pesquisador, professor ou especialista em transporte aéreo. Essa pode ser uma tentativa do telejornal de passar ao telespectador a noção de que aquele estudioso fala de forma abrangente, referindo-se a toda a nação. Instituições nacionais –



como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Eletrobrás – aparecem representadas por 7 especialistas.

Entre os Estados brasileiros, o mais recorrente é o Rio de Janeiro, sede da TVE Brasil. No total, 26 especialistas são vinculados a instituições acadêmicas ou institutos cariocas – 13 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 4 da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 3 da Universidade Federal Fluminense (UFF), 3 do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), 1 do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1 da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e 1 do Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Rio de Janeiro. O segundo lugar fica com Brasília, cidade representada por uma única instituição – a Universidade de Brasília (UnB), à qual 13 especialistas foram vinculados.

O Estado de São Paulo aparece representado por 5 especialistas – 2 da Universidade de São Paulo (USP), 1 da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), 1 do Hospital das Clínicas/SP e 1 do arquivo histórico de São Paulo. Minas Gerais, Estado também localizado na região Sudeste, conta com a participação de 5 cientistas ou pesquisadores, todos de unidades acadêmicas – 3 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1 da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e 1 da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Há ainda 4 especialistas ligados à Fundação Getúlio Vargas (FGV), cuja sede fica no Rio de Janeiro e demais unidades se localizam em outras cidades de regiões próximas (São Paulo e Brasília).

Apenas um especialista aparece para representar a região Sul brasileira, um filósofo vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Outros 9 pesquisadores e cientistas são estrangeiros e aparecem em matérias de agências internacionais, ou mesmo produzidas pela própria TVE, mas tratando de temas de abrangência mundial. A Tabela 1 resume a quantidade de especialistas distribuídos por região geográfica:



Tabela 1 – Quantidade de especialistas por região geográfica, considerando a instituição a que são vinculados

Origem dos especialistas por região geográfica	Quantidade de especialistas
Nacional	7
Regional	
Rio de Janeiro	26
Brasília (DF)	13
São Paulo	5
Minas Gerais	5
RJ, SP e Brasília (caso da FGV)	4
Rio Grande do Sul	1
Não cita origem	89
Internacional	9
Total	159

Com relação às pesquisas enfocadas no Edição Nacional, a maior parte dos institutos atuam em nível nacional ou internacional. Entre eles, estão o IBGE, o Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (INEP), o IPEA e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Instituições como a UERJ, a USP, a Unifesp e a FGV também divulgam resultados de pesquisas com frequência, através da mídia. Novamente, constata-se no Edição Nacional a concentração das atividades científicas a uma região restrita do país.

A utilização de fontes oriundas unicamente do eixo Sul-Sudeste vai de encontro à ideia do presidente da TVE nos primeiros tempos da emissora, e até da noção de TV pública, voltada à diversidade. Em afirmação feita ao jornal *O Globo*, Gilson Amado (1979 *apud* MILANEZ, 2007) comentou: “A TVE, além de afirmar-se centro produtor e gerador, será também um núcleo de reprocessamento das programações de todas as emissoras componentes do Sistema (Nacional de TVE). Deste modo, não se desprezam as peculiaridades regionais, nem se impõe a todas as regiões o produto de apenas uma” (p. 69). Ao priorizar cientistas e pesquisas apenas das regiões mais desenvolvidas do país, a TVE acaba justamente impondo a todos os brasileiros o conhecimento das inovações produzidas em apenas parte do país. O efeito de sentido criado numa situação como essa é que o desenvolvimento da ciência nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é praticamente inexistente ou insignificante para se tornar matéria do telejornal.

Milanez (2007) afirma que, pelas características de abrangência nacional da TVE Brasil, a emissora procura se posicionar como a “intérprete da diversidade que compõe a formação do povo brasileiro” (p. 125). Na prática, no entanto, não se pode afirmar que a TVE se coloca como intérprete do povo brasileiro quando se fala em termos de divulgação da ciência, se não se contempla a contribuição de pesquisas



científicas e da análise de especialistas das mais variadas regiões do país.

Conclusão

A partir da análise da forma de apresentação da ciência no Edição Nacional, percebe-se a alta credibilidade com que a ciência é representada no telejornal. Pesquisas científicas e opiniões de especialistas nunca aparecem de forma depreciativa ou como passíveis de trazer prejuízos para a sociedade. Os conhecimentos científicos são sempre entendidos de forma neutra ou elogiativa, no sentido de que representam um instrumento para melhorar a qualidade de vida da população.

Já o estudo do uso de elementos ilustrativos nas reportagens mostra que o telejornal tem a preocupação de auxiliar o público a compreender de forma mais rápida e didática o discurso verbal proferido por jornalistas e cientistas. A arte gráfica é utilizada especialmente para sintetizar números ou nomes, para explicar fatos ou fenômenos apresentados e para situar geograficamente o telespectador diante da notícia. Vale ressaltar que os discursos visual e verbal se complementam, pois dificilmente uma arte transmite de forma exata e completa tudo que é falado pelo jornalista.

Também a fim de facilitar a compreensão do telespectador, cientistas e jornalistas buscam não utilizar termos técnicos de forma recorrente e, quando o fazem, a expressão é explicada através de sinônimos ou conceituação. Nos casos em que os jargões não são explicados da forma devida, a compreensão do telespectador pode ficar comprometida, visto que, em televisão, a mensagem é dita de forma sucinta, sem direito a repetições.

Por fim, considerando-se que o Edição Nacional é um telejornal de emissora financiada pelo poder público e se propõe a abranger temas pertinentes a todo o território brasileiro, é preocupante observar a concentração geográfica existente ao apresentar matérias em que a ciência está presente, seja na figura de um especialista, seja através de uma pesquisa científica. Ao longo dos três meses gravados e analisados, nenhum cientista das regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste (exceto Distrito Federal) aparece para trazer quaisquer esclarecimentos ou apresentar resultados de estudos. O efeito de sentido criado é que, nessas áreas do país, o desenvolvimento científico é praticamente inexistente. A ciência parece estar restrita ao trecho economicamente mais rico do Brasil: o eixo Sul-Sudeste.



Referências Bibliográficas

ANDRADE, L. V. B.. *Iguarias na hora do jantar: o espaço da ciência no telejornalismo diário*. Rio de Janeiro: ICB/UFRJ, 2004.

CARRATO, A. *A TV pública e seus inimigos*. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/AngelaCarrato.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2006.

CAVALCANTI FILHO, J. P. E Lord Jones morreu – discurso por controles democráticos ao poder dos meios de comunicação. In: CAVALCANTI FILHO, J. P. (Org.). *Informação e poder*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 27-63.

GOMES, I. M. A. M. *A divulgação científica em Ciência Hoje: características discursivo textuais*. Recife: UFPE, 2000.

_____. *A divulgação científica no telejornalismo brasileiro: estudo comparativo entre a TV pública e a TV comercial*. Recife: UFPE, 2008.

IVANISSEVICH, A. A mídia como intérprete. In: VILAS BOAS, Sérgio (Org.). *Formação e informação científica: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2005.

MILANEZ, L. *TVE: cenas de uma história*. Rio de Janeiro: ACERO, 2007.

NAZARENO, C. *A implantação da TV pública no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=324>. Acesso em: 06 de junho de 2009.

SIQUEIRA, D. C. O. *A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo*. São Paulo: Annablume, 1999.